

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHOS DE FIM DE CURSO**PROPOSAL FOR EVALUATION OF END OF COURSE WORKS****PROPUESTA DE EVALUACIÓN DEL TRABAJO DE FIN DE CURSO**António Francisco Armando¹

e391913

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i9.1913>

PUBLICADO: 09/2022

RESUMO

Este artigo intitulado “proposta de avaliação de trabalhos de fim de curso, nasceu da necessidade de responder a um problema que se tem constatado em várias Instituições de Ensino Superior – IES, e é produto da experiência do autor, enquanto participante activo do processo de Trabalhos de Fim de Curso – TFC nas referidas instituições. Todavia, a selecção deste problema é também consequência da necessidade de se criar modelos da avaliação dos respectivos trabalhos. Relativamente aos objectivos, traçou os seguintes: geral – Contribuir para a melhoria de avaliação dos TFC nas IES; e específicos – Caracterizar os fundamentos teóricos que sustentam os modelos de avaliação dos TFC nas IES; analisar o modelo de avaliação dos TFC no Instituto Superior Politécnico Intercontinental de Luanda – ISPIL; contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de avaliação dos TFC na instituição referida no objectivo anterior. Quanto à metodologia, aplicou-se os métodos, o paradigma, o tipo, a amostra e o instrumento de pesquisa que possibilitaram a consecução dos objectivos. Contudo, terminada a pesquisa, os resultados foram os seguintes: a Coordenação de Gestão e Administração do ISPIL não possui nenhuma Comissão Científica – CC que se dedica no acompanhamento do processo dos TFC; fraco conhecimento dos docentes sobre os procedimentos de entrega de títulos/temas e pré-projectos de investigação; e, portanto, os docentes não utilizam modelos que estabelecem os critérios de avaliação dos TFC e a respectiva escala de avaliação.

PALAVRAS-CHAVES: Proposta. Avaliação. Trabalho de Fim de Curso.**ABSTRACT**

This article, entitled “proposal for the evaluation of end-of-course work, was born from the need to respond to a problem that has been observed in several Higher Education Institutions - IES, and is the product of the author's experience, as an active participant in the process of Work Course – TFC in the referred institutions. However, the selection of this problem is also a consequence of the need to create evaluation models for the respective works. Regarding the objectives, he outlined the following: general – Contribute to the improvement of TFC assessment in IES; and specific – Characterize the theoretical foundations that support the TFC assessment models in IES; analyze the TFC assessment model at the Instituto Superior Politécnico Intercontinental de Luanda – ISPIL; contribute to the improvement of the TFC assessment model in the institution referred to in the previous objective. As for the methodology, the methods, the paradigm, the type, the sample and the research instrument were applied, which enabled the achievement of the objectives. However, after completing the research, the results were as follows: the Management and Administration Coordination of ISPIL does not have any Scientific Committee – CC that is dedicated to monitoring the TFC process; teachers' poor knowledge of the procedures for delivering titles/themes and research pre-projects; and, therefore, teachers do not use models that establish the TFC evaluation criteria and the respective evaluation scale.

KEYWORDS: Proposal. Evaluation. End of Course Work.

¹ António Francisco Armando – Doutor em Administração Empresarial, Mestre em Educação Internacional, ambos pela FCU/ Estados Unidos da América, Mestre em Administração Educacional pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda/ Angola e Licenciado em Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge. É Quadro do Ministério da Educação e é Docente Universitário.
<https://orcid.org/0000-0002-8465-6802>

RESUMEN

Este artículo titulado "propuesta para la evaluación de los trabajos de fin de curso" nace de la necesidad de responder a un problema que se ha observado en varias Instituciones de Educación Superior - IES, y es producto de la experiencia del autor como participante activo en el proceso de los Trabajos de Fin de Curso - TFC en estas instituciones. Sin embargo, la selección de este problema también es consecuencia de la necesidad de crear modelos de evaluación de los respectivos trabajos. En relación con los objetivos, se trazaron los siguientes: general - Contribuir a la mejora de la evaluación de la TFC en las IES; y específico - Caracterizar los fundamentos teóricos que sustentan los modelos de evaluación de la TFC en las IES; analizar el modelo de evaluación de la TFC en el Instituto Superior Politécnico Intercontinental de Luanda - ISPIL; contribuir a la mejora del modelo de evaluación de la TFC en la institución referida en el objetivo anterior. En cuanto a la metodología, se aplicaron los métodos, el paradigma, el tipo, la muestra y el instrumento de investigación que permitieron alcanzar los objetivos. Sin embargo, una vez finalizada la investigación, los resultados fueron los siguientes: la Coordinación de Gestión y Administración del ISPIL no cuenta con ningún Comité Científico - CS que se dedique a monitorear el proceso de TFC; escaso conocimiento de los profesores sobre los procedimientos de entrega de títulos/temas y anteproyectos de investigación; y, por lo tanto, los profesores no utilizan modelos que establezcan los criterios de evaluación del TFC y la respectiva escala de evaluación.

PALABRAS CLAVE: Propuesta. Evaluación. Trabajo de fin de curso

INTRODUÇÃO

O presente artigo nasceu da necessidade de responder a um problema que se tem constatado em várias IES de Angola, e sobretudo no ISPIL em que foi realizada esta pesquisa, por um lado e, por outro é produto da experiência do autor, enquanto participante activo, do processo de avaliação dos TFC de licenciatura nas IES e, em particular nas vestes de uma das funções que compõe o corpo de jurado.

É oportuno lembrar que, todas as IES ministram cursos de formação graduada e têm como último requisito para obtenção do grau de licenciatura, a monografia que é comumente tratada nas IES como TFC.

Todavia, para além do que já foi exposto acima, sublinha-se ainda que, a selecção deste problema endossado no título "proposta de avaliação de trabalhos de fim de curso" é consequência das inúmeras dificuldades que os estudantes têm tido na composição deste trabalho e sobretudo, na necessidade de se criar modelos e procedimentos de avaliação dos respectivos trabalhos pelos DEI ou pelas Direcções Gerais Adjuntas para os Assuntos Científicos e Pós-graduação, que se fundamentam nos regulamentos dos TFC, em que se privilegie a planificação, e considerando o TFC como parte integrante do plano curricular dos cursos.

É importante referir ainda que, paralelamente ao que foi mencionado no extracto anterior, há constante necessidade de se aprimorar o desempenho profissional dos docentes para que sua acção possa se reflectir num excelente exercício de avaliação e classificação de um trabalho final.

Porém, de forma específica, a escolha deste problema, é também resultado da experiência que se teve em três instituições de ensino superior como Membro de Júri no processo de avaliação dos TFC, dentre elas, duas de carris privadas e uma de carris pública, e notou-se a fraca clareza nos procedimentos de acompanhamentos dos referidos trabalhos, bem como, a ausência de modelos que evidenciam o processo de avaliação.

Preocupa o facto de que, muitas dessas instituições não apresentam nenhum modelo de gestão claro assentes em procedimentos de avaliação dos TFC com rigor e proficiência, desde a sua concepção até a defesa pública, o que muitas vezes resulta em discussões desnecessárias do júri que avalia o trabalho na pré-defesa e defesa pública com visões diferentes, nos aspectos que deveriam ser consensuais pela sua natureza metodológica.

Tendo em conta que, o problema científico é uma situação, formulada em forma de pergunta e busca responder determinados anelos do pesquisar ou da sociedade, e considerando os aspectos referenciados, e ainda, fruto da situação devidamente identificada, o presente trabalho formulou o seguinte problema científico: como contribuir para a melhoria de avaliação dos TFC de licenciatura nas IES?

Todavia, os TFC habilitam, indiscutivelmente os candidatos com competências académicas e científicas ao grau de licenciatura, capazes de prepará-los ao mercado de trabalho e profissional. Porém, a composição deste artigo, baseou-se em vários regulamentos de TFC aplicados em diversas IES, o que permitiu detectar as suas potencialidades em termos de linhas orientadoras e fraquezas, no que concerne às fichas ou modelos de avaliação.

Sendo assim, fez-se um estudo da avaliação dos trabalhos monográficos desenvolvidos ao nível de graduação e pelo facto de esta ser a modalidade mais praticada nas IES, por um lado e, por outro possibilita ao estudante munir-se de ferramentas de iniciação investigativa para o aprofundamento em níveis posteriores ou em estudos subsequentes, e pela sua natureza estrutural visa responder determinados anelos da sociedade ou grupos de interesse, daí a sua sublima relevância.

Nesta sequência, a apresentação realista e assertórica dos resultados desta investigação possibilitará aos Departamentos de Ensino e Investigação – DEI e aos Membros de Júri ter uma atitude mais responsável e um comprometimento com a ciência e com a instituição superior em que estão vinculados, no sentido de contribuírem para a eficácia dos padrões de qualidade dos cursos e, como consequência, permitirá desenhencilhar a produção científica, consolidando cada vez mais o segundo pilar que sustém o ensino superior, “a investigação”, em que a construção de um processo de defesas de TFC que culmina com a avaliação desses trabalhos possa revelar maturidade dos intervenientes do apontado processo.

Nesta conformidade, os resultados sobre a avaliação dos TFC, ajudarão também, a reflectir-se sobre a necessidade de melhorar o grau de desempenho dos estudantes finalistas e dos seus orientadores, a capacidade de organização dos seus principais gestores, com práticas substanciadas nesse artigo e, com uma visão holística para o monitoramento das debilidades ou dos pontos de estrangulamentos do regulamento da respectiva IES no capítulo referente à avaliação dos TFC, em geral e, em particular da unidade de análise que é sem dúvidas, o protótipo desta exposição.

Este estudo torna-se, ainda relevante na medida em que, permitirá efectivamente, aos vários gestores das organizações educativas de ensino superior, a necessidade de corrigirem a integração de mais licenciados em várias Unidades Orgânicas – UO das aludidas IES em detrimento de mestres e doutores, e no caso, destes últimos lhes é incumbida a missão de gerirem o processo de ensino e,

sobretudo de orientarem ou coordenarem o processo de investigação. E, desta forma, com um pessoal docente com maior grau académico e com agregada experiência de realização de trabalhos académicos e/ou de investigação poderá, sem dúvidas melhorar a qualidade do processo de avaliação dos TFC.

Relativamente aos objectivos, é de referir que esta pesquisa traçou os objectivos geral e específicos. O objectivo geral é uma meta a ser obtida no final de uma pesquisa e, específicos são o alcance das metas parciais do objectivo geral. Por isso, a seguir são descritos os seguintes: geral – Contribuir para a melhoria de avaliação dos TFC nas IES; e específicos – Caracterizar os fundamentos teóricos que sustentam os modelos de avaliação dos TFC nas IES; analisar o modelo de avaliação dos TFC no Instituto Superior Politécnico Intercontinental de Luanda – ISPIL; contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de avaliação dos TFC na instituição referida no objectivo anterior.

1. PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHOS DE FIM DE CURSO

A palavra proposta, pode ser entendida como, o acto ou efeito de propor ou ainda sugerir um dado assunto que se pretende atingir determinado intento, cuja sua legitimidade deve resultar de estudos profundo e exaustivo. É a apresentação de protótipos que auxiliam determinadas organizações, a tomarem decisões no sentido de conduzirem seus planos de trabalhos numa vertente diferente daquela a que estão acostumadas a praticar.

Tal como define o Dicionário Online de Português, é a expressão do desejo através do qual alguém sugere a uma outra pessoa.

Em qualquer processo da vida pessoal ou profissional, a avaliação surge como instrumento de balanço de todo o itinerário realizado, medindo o grau de satisfação ou não dos objectivos traçados. Todavia, depreende-se que a avaliação de um TFC é processo de medição das competências técnicas e metodológicas demonstradas pelo candidato na esfera investigativa de seu trabalho. É nesta perspectiva que ela se reveste neste trabalho para compreender a necessidade de serem traçadas linhas mestras que assegurem o processo de avaliação dos TFC.

A esse respeito Sanz *apud* Martín (2014, p. 128), sublinha que “a avaliação deve ser orientada para demonstrar o nível de aquisição de competências que o estudante deve alcançar no processo de ensino-aprendizagem e para melhorar qualitativa e quantitativamente os processos de ensino”.

De acordo com Nobre, na sua Dissertação de Mestrado (s. d, p. 21) define a avaliação como sendo “um processo sistemático de recolha de informação respeitando determinadas exigências, que envolve a formulação de juízos de valor com base num referencial, de modo a facilitar a tomada de decisões de melhoria do objecto avaliado”.

Em primeiro lugar, sublinha o autor referenciado no excerto anterior, nos processos sistemáticos de recolha de informação que devem obedecer a critérios de rigor, de utilidade, de fiabilidade e de validade; em segundo lugar, na necessidade de a formulação do juízo de valor se realizar a partir de um referencial, que pode estar definido previamente ou ser um referencial em construção, por exemplo no caso da avaliação de programas e; por último, a utilização da avaliação

com um fim explícito de facilitar as decisões sobre como melhorar o objecto avaliado, acentuando-se aqui o carácter eminentemente formativo.

Nesse sentido, Alves (2009), apresenta a avaliação como um conjunto sequencial de três aspectos:

- Determinação dos objectivos da acção, cuja questão é “onde queremos ir?”;
- Recolha da análise dos resultados desta acção;
- Apreciação dos resultados e o desvio entre o que se pretendia e o que se alcançou, incidindo na questão “alcançou-se o fim esperado”.

Na sua concepção sobre a avaliação, Alves (2009, p. 30) sublinha, “a avaliação em qualquer serviço é delicada de implementar, pois não deve ser um ritual ou um instrumento de direcção administrativa ou um instrumento de direcção das políticas públicas”.

Para se depreender os sentidos que a avaliação pode tomar, recorreu-se ao Decreto 193/18, de 10 de Agosto, no seu artigo 3º, alíneas g), h), i), j) k), em que clarifica os vários tipos de avaliação:

- Auto-avaliação – processo de aferição e controlo dos resultados da aprendizagem realizado pelos próprios estudantes;
- Avaliação contínua – processo de controlo e verificação dos resultados da aprendizagem realizado ao longo do semestre lectivo, mediante procedimentos adequados (testes, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratórios, trabalhos de campo e outros), de acordo com a especificidade da unidade curricular;
- Avaliação da aprendizagem – processo de recolha, análise e aferição dos resultados da aprendizagem, destinado a comprovar, de forma sistemática, e mediante provas ou testes, o cumprimento dos objectivos curriculares, previamente definidos;
- Avaliação formativa – processo de verificação dos resultados de aprendizagem em função dos objectivos propostos, para revelar o modo como o estudante vai aprendendo e permitir a regulação posterior da aprendizagem;
- Avaliação somativa – processo de aferição dos resultados de aprendizagem dos estudantes mediante o qual se constata os resultados parciais e finais, visando a atribuição de uma classificação e a certificação da aprendizagem.

Para esta temática, interessa a análise da primeira e da última alínea, onde se pode alistar a sua vinculação ao presente estudo. Desta maneira, importa salientar que o sujeito avaliado e o avaliador devem apresentar posições distintas, apesar do mesmo fim, pelo qual se destinam, ou seja, o avaliado deve demonstrar competências para a realização da actividade que lhe é exigida e dos seus preceitos. No que tange, a postura do avaliador este deve basear-se em instrumentos claros, objectivos para a orientação do exercício das suas funções.

Por isso, a avaliação sumativa não deve ser vista apenas, na conjuntura de uma prova oral, escrita, que se pratica no processo de avaliação das disciplinas curriculares, mas também, no contexto da avaliação dos TFC, pensando sempre que uma avaliação pressupõe planificação e esta,

obedece critérios que devem ser aplicados na íntegra para o cumprimento dos intentos previamente traçados.

O TFC é um trabalho profundo e sistemático que aborda um determinado tema, cuja finalidade é contribuir com saberes que possam responder os anseios de um grupo ou de uma sociedade, o estudante elabora-o, sob orientação de um docente para a obtenção do respectivo grau académico.

É elaborado a partir de um tema delimitado e que deve dar resposta a uma questão, ou solucionar um problema necessariamente relacionado ao ramo de estudo, apoiando-se em bibliografia ligada ao mesmo.

Porém, na sua composição deverá apresentar rigor científico e representar, ainda utilidade para o contexto em que é desenvolvido, tendo em conta a inovação e pertinência do trabalho para o desenvolvimento dessa sociedade.

Contudo, procura desenvolver aos estudantes, metodologias necessárias à prática da investigação científica inovadora e competitiva em termos nacionais e internacionais.

Nesta linha de pensamento, Tamo *apud* Canhici, Leite & Fernandes (2017) sublinha que, o TFC é um documento que comprova o grau de assimilação do candidato à graduação de conteúdos curriculares, podendo ser de dimensão bibliográfica, descritiva, simples, menos rico teoricamente se for profissional e mais reflexivo se for situado numa óptica de carreira docente e de investigador.

Os autores Yamanari & Moraes (2013, p. 550), a respeito desta temática esclarecem que:

A maioria dos cursos de graduação exige o Trabalho de Conclusão de Curso, porém, em muitos casos, durante todo o curso, o discente teve pouco ou nenhum contacto com a produção científica que lhe é exigida no último ano. Em outras, o aluno não entende muito bem os propósitos de tal trabalho e por isso faz pouco uso para se autoavaliar, se autorregular e aprender.

Para Braga (2015), os Trabalhos Universitários de Licenciatura consistem em elaborações que visam à apropriação de conhecimentos, em forma de revisão, para o exercício da capacidade de expressão do conhecimento adquirido.

Nessa sequência, Braga (2015, p. 38), aclara que “os trabalhos de licenciatura apresentam-se em forma de elaboração de revisão bibliográfica sobre determinado tema, relatórios técnicos e de pesquisa, apresentação de sínteses ou apreciação de obras de outros autores – as resenhas”.

Ora, Braga (2015, p. 39), sustenta ainda que:

Nos trabalhos de licenciatura, comumente os professores propõem um tema a ser desenvolvido, com pesquisa à bibliografia (ou demais referências) indicadas; em outras situações, o professor propõe o tema e ao estudante compete proceder à busca de referencial de consulta e pesquisa. Característica essencial deste tipo de trabalho é o espírito ou o olhar metódico e rigoroso com que se abordam os temas. E um exercício de aprendizagem que pode fazer parte das actividades de qualquer grau de estudo, seja de graduação ou de pós-graduação.

Por isso, Martín (2014, p. 129), considera que, “o TFC, constitui uma oportunidade para avaliar as competências adquiridas na formação e que nele se revelam, podendo nelas destacar-se a maioria das competências genéricas e determinadas competências específicas directamente ligadas com o tipo ou o tema realizado pelo aluno”.

O TFC, enquanto elemento do currículo que se destina a formação do futuro homem com competências profissionais, Rodríguez (2011), sublinha que, é apresentado como um espaço e tempo adequados para que os alunos, ao final de seu processo de treinamento inicial, demonstrem seu treinamento como profissional, daí o seu carácter transversal.

Nesta perspectiva, ele deve ser ajustado às exigências que decorrem do cumprimento das cadeiras curriculares e não deve ser considerado como um simples elemento para a conclusão do curso e ponto final, pois, esta abordagem resulta do facto de que, são notórios as várias dificuldades que diversos estudantes enfrentam no processo de pesquisa do seu trabalho, resultantes do fraco acompanhamento e conhecimento de seus professores orientadores, debilidades investigativas dos estudantes e falta de sentido de responsabilidade de alguns professores que leccionam as cadeiras ligadas à elaboração de trabalhos monográficos, no período de estudo do plano curricular.

A esse respeito, Martín (2014), atenta que, é necessário ter em conta que no TFC, enquanto última cadeira curricular, o aluno deve desenvolver as suas capacidades de modo superior por comparação com as cadeiras anteriores.

Com base ao descrito, há necessidade de se melhorar os planos curriculares, os conteúdos programáticos, bem como, a selecção dos docentes que ministram as cadeiras ligadas à preparação dos estudantes que lhes possibilitam apropriar-se de ferramentas técnico-científicas para o exercício académico e profissional.

Todavia, em Angola ele encontra a sustentabilidade legal no Decreto Presidencial nº 193/18 de 10 de Agosto, que estabelece as linhas gerais no seu Artigo 47º, nos números 1 e 2, as modalidades de realização de um trabalho de fim de curso, que pode circunscrever-se nas formas de monografia, projecto, portefólio ou relatório, sendo a primeira, a base desta reflexão.

O processo de construção deste trabalho mune o estudante com capacidades intelectuais que o preparam para o mercado de trabalho. Assim, como afirma Martín (2014, p. 130):

Entre as capacidades que reflectem no desenvolvimento do TFC, é necessário enfatizar as que o aluno precisa de demonstrar para entrar no mercado de trabalho, sem esquecer as exigências específicas do curso, e tendo em conta que o futuro empregado será avaliado no mercado laboral pelos seus conhecimentos e pelo seu desempenho, tendo maiores possibilidades de êxito e de progresso aqueles que são capazes de desenvolver mais competências, específicas e genéricas, ao mais alto nível.

Segundo Priego, Moraleda, Guerrero C & Guerrero T (2012, p. 7):

O facto de o projeto de licenciatura procurar integrar os conteúdos formativos recebidos, as competências específicas e muitas competências transversais, não significa que seja necessário reavaliar todas as competências específicas, bem como o conjunto de competências transversais definidas na qualificação. Portanto, uma selecção priorizada é recomendada a fim de realizar uma avaliação de competência operacional e realista.

Por isso, Ayza, Rodríguez, Dubreuil & Cebrián (s.d.), ressaltam que, a competência trabalhada pelo aluno não deve ser feita apenas no momento da defesa final do TFC, mas ao longo do processo de desenvolvimento do mesmo, a fim de reforçar ao aluno o seu grau de autonomia.

O Regulamento de TFC, da Universidade José Eduardo dos Santos (Art.º 2), diz que o TFC, “consiste numa pesquisa individual, orientada ou não, escrita sob forma de uma monografia”. O aludido regulamento ressalta que, o trabalho pode assumir qualquer dos géneros seguintes (Art.º 2, número 3):

- a) Trabalho escrito, de âmbito teórico, metodológico, bibliográfico ou outro;
- b) Trabalho escrito, com descrição e análise acerca de temática no âmbito do curso;
- c) Trabalho escrito, de uma aula acerca de determinada temática no âmbito do curso;
- d) Relatório de estágio ou de trabalho prático no âmbito do curso;
- e) Trabalho de revisão ou actualização bibliográfica sobre um tema;
- f) Trabalho de pesquisa científica (artigo científico);
- g) Outro género que o Conselho Pedagógico-Científico considere, ouvindo o Coordenador do curso, desde que se enquadre na formação profissional do candidato (...).

Nesta vertente e por forma, a potenciar os estudantes com competências técnicas e habilidades iniciais de investigação é imperioso que, na fase de elaboração do TFC se dê aos mesmos uma atenção rigorosa e responsável e, que esta fase de formação seja aproveitada também para cumprir um pressuposto curricular, obrigatório e essencial, e não apenas um formalismo curricular.

Por isso, Braga (2015, p. 39), considera que:

Os trabalhos realizados nos cursos de graduação visam familiarizar o estudante com os diversos aspectos e elementos envolvidos na investigação académica, desde a busca de fontes referenciais e de informações, os aspectos de estruturação e redaccionais do texto, conhecimento das normas de apresentação de trabalhos académicos e ainda cultivar o hábito de estudo.

Os TFC devem obedecer várias fases de avaliação, e, portanto, não se deve entender essas fases como, o período da pré e defesa do trabalho, mas o conjunto de todos os elementos que concorrem para a sua execução, que deve suster-se essencialmente, numa série de procedimentos burocráticos, que se inicia com a apresentação e aprovação de temas e culmina com a exposição pública dos TFC.

Segundo Martín (2014), é necessário avaliar o produto, mas não se pode deixar de ter em conta como se desenrolou o processo já que nele se desenvolvem e manifestam várias competências.

Por isso, tendo em atenção o exposto anteriormente são assinaladas três principais fases, a saber:

1. A fase da entrega e aprovação dos temas/títulos da investigação;
2. A fase da escrita do TFC;
3. A fase da pré-defesa e defesa dos TFC.

Relativamente à primeira fase, o Regulamento da Universidade Katyavala Bwila – UKB (2017, art.º 16), sublinha que:

1. Os temas devem ser propostos por:
 - a) Docentes da UO ou de outras instituições, com idoneidade reconhecida pelo Conselho Científico Pedagógico do Departamento de Ensino e Investigação – CCPDEI;
 - b) Estudantes, mediante a aprovação do CCPDEI, indicação e parecer do respectivo orientador.
2. Os temas devem observar as seguintes condições:
 - a) Estar enquadrados numa das linhas de investigação da UO;
 - b) Estar enquadrados no currículo de formação do estudante;
 - c) Ter pertinência e impacto (...).

O Regulamento da UKB (2017, art.º 17, p. 16), aponta que, “o período de apresentação das propostas de temas para TFC deve obedecer ao cronograma estabelecido pelo DEI/Coordenação do curso, ajustado aos prazos estabelecidos no cronograma de actividades da UO no início do ano académico”.

Para um melhor ajustamento dos temas às linhas de investigação dos cursos ministrados nas IES, os DEI podem criar Comissões de Trabalho Especializados, com base à um cronograma de actividades para a avaliação, correcção ou conformação dos temas, antes da aprovação pelas Comissões Científicas dos aludidos DEI. Porém, a avaliação dos temas basear-se-á nos pressupostos subsequentes: tipo de pesquisa e delimitação do tema; resolução de problemas que afligem a sociedade; interesse social, económico, político e outros; contribuição para a Ciência; ou, caso haja interesse académico-científico de uma UO.

Corroborando com o referido anteriormente, Priego *et al.*, (2012), assevera que, cada centro ou área nomeia uma comissão de trabalho encarregue de gerir as propostas de projectos de fim de curso, atribuindo os temas aos alunos, propondo às comissões de avaliação do TFC e demais questões relacionadas com a escolha e atribuição de trabalhos.

A fase da pré-defesa é aquela em que o júri avalia os pontos fracos e fortes do trabalho escrito, podendo sugerir alterações para melhoria do trabalho. Por conseguinte, a fase da defesa pública destina-se a apresentação dos resultados da investigação e é o momento que encerra o processo de investigação através da obtenção do grau académico.

2. COMPETÊNCIAS DOS MEMBROS DE AVALIAÇÃO DE TRABALHOS DE FIM DE CURSO

Os membros da mesa de júri têm competências fulcrais no processo de avaliação, porquanto, são eles que garantem o cumprimento do regulamento e da qualidade dos TFC. Fazem parte deste grupo, os seguintes: Presidente, 1º vogal ou oponente, 2º vogal ou orientador (a)/tutor (a) e secretário (a).

- Presidente

O presidente do júri é um investigador ou professor que deverá ter o grau académico de doutor ou mestre. É o ente que preside e coordena toda a actividade de avaliação e de defesa pública do TFC e outorga o grau académico ao novo graduado.

De acordo com o Regulamento dos Trabalhos de Licenciatura do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla – ISCED da Huíla (2020, Art.º 15), atribui ao Presidente as seguintes competências:

1. Convocar os membros do Júri e coordenar todo o processo de avaliação e de defesa;
2. Proceder à abertura e ao encerramento da sessão de defesa;
3. Dirigir o processo de defesa de modo a garantir a solenidade e o bom andamento do acto e evitar discussões infundáveis ou descabidas entre os membros do júri e o candidato.
4. Preparar toda a documentação da defesa: acta de avaliação do trabalho, síntese biográfica do candidato e acta da sessão de defesa do trabalho.
5. Colocar, se assim o entender, questões ao candidato sobre o tema apresentado.
 - 1º vogal ou oponente

O 1º vogal é um investigador ou professor que poderá pertencer ou não à Instituição, cabendo-lhe a responsabilidade principal de elaborar questões e podendo ainda, contribuir com ideias inovadoras ao problema apresentado pelo candidato no momento da pré e da defesa do TFC.

- Orientador

O 2º vogal é o orientador do trabalho de fim de curso aceite pela CC e deverá acompanhar o estudante em todas as fases da sua pesquisa e só cessa as suas funções com a apresentação pública do TFC pelo estudante.

Por conseguinte, o Regulamento dos Trabalhos de Licenciatura do ISCED da Huíla (Art.º 10), no que tange a tutoria ou orientação, entende que é “a orientação e o acompanhamento prestados por um docente (tutor) ao estudante, do ponto de vista metodológico e científico, e não se deve confundir com a execução efectiva do trabalho, que é tarefa do próprio estudante”.

Nesta perspectiva, Priego *et al.*, (2012, p. 6), afirma que:

O TFC é realizado sob supervisão de um tutor académico que actua como Director e que é professor em tempo integral. Seu trabalho consiste em orientar, aconselhar e planejar as actividades do aluno, acompanhando o trabalho durante o período de sua duração e colaborando em tudo que permita uma boa realização do mesmo.

- Secretário

O secretário, compete-lhe o asseguramento de todos os expedientes documentais, bem como, a anotação das observações feitas pelo júri, em todas as fases do processo de avaliação do TFC.

Por conseguinte, constituem atribuições gerais dos membros do Júri o seguinte:

- a) Avaliar o TFC aplicando os parâmetros da avaliação em todas as suas fases;

- b) Orientar a sessão de apresentação oral pública do TFC, cabendo ao presidente esta atribuição;
- c) Exigir o cumprimento do regulamento;
- d) Fazer perguntas na sessão da apresentação do trabalho de forma clara e objectiva;
- e) Verificar a situação de plágio;
- f) Elaborar a acta de avaliação do trabalho e que deverá ser assinada pelos integrantes do corpo de júri.
- g) Decidir sobre o resultado do trabalho;
- h) Apresentar o novo formado à comunidade académica e a sociedade presente no acto de apresentação;
- i) Reprovar o estudante e o conseqüente esclarecimento ao público, se a avaliação for negativa, como resultado da fraca argumentação, apresentação desordenada das ideias, linguagem pouco correcta e sem rigor científico.

As competências traçadas anteriormente, remete-se o imperativo da responsabilidade dos DEI, em gizarem modelos de avaliação específicos à luz do regulamento praticado nas respectivas IES e, que garantam um acompanhamento rigoroso para que se evite o desleixo, o incumprimento de prazos, a desobediência aos superiores hierárquicos, julgando sempre que, as boas práticas de gestão do processo de avaliação dos TFC podem influenciar consideravelmente, a formação do futuro graduado e servir de paradigma para seu futuro desempenho profissional, pois, o TFC pode também ser visto como um etapa curricular, pelo facto de contribuir para o desenho das competências e habilidades transversais do candidato, bem como, sua influência na classificação final resultantes de todo o período formativo.

Contudo, é importante reafirmar que parte significativa da qualidade dos TFC está nas mãos dos docentes com funções de júri. São esses que permitem o cumprimento dos regulamentos e da eficácia do processo de avaliação nas suas diversas fases, em função das suas atribuições.

3. MODELOS DE AVALIAÇÃO DE TRABALHOS DE FIM DE CURSO

Os Modelos ou Fichas de Avaliação dos Trabalhos de Fim de Curso são formas utilizadas pelas IES para anotar a classificação ou a medição do grau de aproveitamento do estudante obtido nas distintas fases do seu projecto de pesquisa. Estes modelos, configuram-se na base dos seguintes objectivos operacionais:

- Permitir que sejam observados todos os pressupostos metodológicos que concorrem para a composição de um TFC, ou seja, a observância das regras de redacção do texto científico e das normas ortográficas;

- Fazer com que haja uma melhor articulação objectiva entre os critérios aplicados e a escala da avaliação, evitando subjectividade na classificação final do estudante. Torna o processo mais claro e conciso na atribuição da nota;
- Possibilitar uma racionalidade na gestão do tempo, trespilha das discussões desnecessárias, decorrentes de convicções pessoais. O modelo não dá espaços suficientes para que o júri imponha suas ideias, mas, coadjuva-o a direccionar sua atenção nas regras instituídas pelo regulamento e nas ideias consensuais dos demais membros da mesa de júri.

Todavia, o modelo de avaliação proposto pode tornar-se uma referência para inspirar as IES, no sentido de criarem seus protótipos com base às suas necessidades exclusivas e contextuais, considerando a natureza de cada curso, assim como, enaltece Martín (2014, p. 135), “a ficha proposta pode servir como base para criar outras que tenham de contemplar necessidades específicas de cursos ou centros, colaborando na reflexão sobre a melhoria contínua da qualidade na criação, desenvolvimento e avaliação dos Trabalhos Finais de Curso”.

Porém, os membros de júri de avaliação nem sempre têm sido os mesmos na fase final do processo de defesa de TFC, sabendo que muitos deles são professores convidados ou investigadores de outras instituições que aparecem com o propósito de prestar seus saberes e experiências para contribuição da qualidade e da não interferência na avaliação e classificação dos TFC. Nesse sentido, Martín (2014, p. 132), considera que “é importante dispor de uma metodologia de avaliação e qualificação que garanta objectividade e homogeneidade aos alunos. Ao mesmo tempo, quer-se um processo claro e simples que facilite a contribuição de diferentes agentes avaliadores, actividades e competências”.

Durante a organização da segunda fase de avaliação, o tutor ou orientador é o ente que acompanha a elaboração da pesquisa, atesta as fraquezas e aptidões do aluno e por essa razão, Martín (2014), propõe na tabela a seguir, uma distribuição na qualificação dos TFC, por avaliador, actividade e competência, onde atribui maior peso da classificação ao tutor, em função do número de avaliadores e a divisão do peso percentual atribuído a estes.

Tabela 1. Distribuição da qualificação de TFC por avaliador, actividade e competência

Distribuição da qualificação de Trabalhos de Fim de Curso em %					
Avaliador	Actividade	Competências		Peso Qualificação	
		Genéricas	Específicas	Por Actividade	Por Avaliador
Tutor/Director	Desenvolvimento	10	10	20	40
		10	10		
Tribunal	Produto Final	15	15	50	60
	Exposição e defesa	15	15		
Peso Qualificação		50	50	100	100

Fonte: Martín (2014) *in* O Trabalho de Fim de Curso enquanto avaliador e avaliado em competências com recurso à ficha de avaliação

Tabela 1.1. Fichas de Avaliação de Trabalhos de Fim de Curso

Ficha de Avaliação de Trabalhos de Fim de Curso								
Avaliador		Tutor (40%)			Tribunal (60%)		% Tot.	
Actividade		Desenvolvimento /Processo		Produto Final		Exposição e defesa		
Sub-actividade		Sel. Doc.	Elab.			Exp.		Def.
Competências		5%	15%	20%	30%	20%	10%	
Gen. (50%)	Comunicação Oral e Escrita			2	2	3	1	8
	Gestão da Informação	1	0,5	1	2	2		6,5
	Análise e Síntese	1	0,5	1	1	1	1	5,5
	Resolução de Problemas		1	1	2		1	5
	Organização e Planificação	0,5	0,5	1	2	1		5
	Uso Ferramentas de Computação	0,5		0,5	1	1		3
	Comunicação Noutras Línguas	0,5						0,5
	Tomada de Decisões		0,5				0,5	1
	Pensamento Crítico	0,5	0,5	0,5	0,5		0,5	2,5
	Habilidades Interpessoais					0,5	0,5	1
	Criatividade		0,5	1	2	0,5		4
	Aprendizagem Autónoma	0,5	0,5	1	1,5			3,5
	Preocupação pela Qualidade			1	1	0,5		2,5
	Aplicar o Conhecimento em Prática		0,5			0,5		1
Adaptação à Novas Situações						0,5	0,5	
Habilidades de Investigação	0,5						0,5	
Esp. (50%)	E1		2	2	3	2	1	10
	E2		2	2	3	2	1	10
	E3		2	2	3	2	1	10
	E4		2	2	3	2	1	10
	E5		2	2	3	2	1	10

Onde **Gen.** = genéricas; **Esp.** = Específicas;

Sel. Doc. = Selecção da Documentação; **Elab.** = Elaboração;

Exp. = Exposição; **Def.** = Defesa; **Tot.** = Total.

Fonte: Martín (2014) *in* O Trabalho de Fim de Curso enquanto avaliador e avaliado em competências com recurso à ficha de avaliação

A ficha de avaliação descrita na tabela 1.1, foi elaborada com base aos exemplos práticos assinalados pela sua autora e é um modelo que pode ser adaptado e aplicado às instituições, tal como afirma Martín (2014, p. 134):

A ficha de avaliação é útil para os actores envolvidos na avaliação, serve de apoio ao acompanhamento do orientador/coordenador e facilita a atribuição numérica e objectiva das qualificações a cada avaliador, oferecendo assim informação relevante ao aluno sobre os seus resultados, bem como a possibilidade de autoavaliação. Contribui com a homogeneidade adequada para ser utilizada em vários cursos e universidades e a flexibilidade de adaptação a necessidade específica (MARTÍN, 2014, p. 134).

Ao contrário do exposto acima, a Coordenação do Curso de Gestão Ambiental do Instituto Federal Paraíba do Campus João Pessoa (s.d), estabelece 40% para o professor orientador e 60% da média final, distribuída igualmente para os demais avaliadores da banca examinadora, tal como é demonstrada na tabela abaixo:

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia

**RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR**
ISSN 2675-6218PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHOS DE FIM DE CURSO
Antônio Francisco Armando**Quadro 1.** Ficha de Avaliação Individual da banca de defesa do Trabalhos de Conclusão de Curso –
Notas e pesos

Discente: _____

Matrícula: _____

Orientador (a): _____

Título do TCC: _____

NOTAS E PESOS				
	Nota dos avaliadores	Pesos		Assinatura do avaliador
Nota 1 (Orientador)		40%		
Nota 2 (Avaliador 1)		P2	60%	
Nota 3 (Avaliador 2)		P3		
Nota n (Avaliador n)		Pn		
Nota final do discente*				

Nota final: será calculada pela ponderação das notas e pesos, ou seja:

$$\text{Nota final} = (\text{Nota 1} \times 0,4) + (\text{Nota 2} \times \text{P2}) + (\text{Nota 3} \times \text{P3}) + (\text{Nota n} \times \text{Pn})$$

Fonte: Coordenação do Curso de Gestão Ambiental do Instituto Federal Paraíba do Campus João Pessoa (s.d)
in Ficha de Avaliação Individual da banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

Importa referir que, no quadro anterior, caso a banca tenha mais avaliadores, deverá se distribuir o peso de 60% de igual proporção.

Quadro 1.1. Ficha de Avaliação Individual da banca de defesa do Trabalho de Conclusão de
Curso – Parâmetros de avaliação

Discente _____

Avaliador (a) _____

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	NOTA (0 a 10)
1 – Relativos ao documento textual	
1.1 – Relevância e profundidade do tema escolhido	
1.2 – Resultados condizentes com os objectivos propostos	
1.3 – Capacidade de análise, clareza e coerência	
1.4 – Poder de síntese e objectividade	
1.5 – Obediência à norma técnica-científica	
2 – Relativos à apresentação oral e à arguição	
2.1 – Coerência do conteúdo da apresentação oral com o documento textual	
2.2 – Qualidade e estrutura do material de apresentação	
2.3 – Domínio e conhecimento do tema	
2.4 – Clareza, fluência e domínio verbal na exposição de ideias	
2.5 – Observância do tempo observado para apresentação	
	Nota (Somatório) Máximo de 100

Observações/Sugestões:

João Pessoa, ____/____/____

Assinatura do Avaliador**Fonte:** Coordenação do Curso de Gestão Ambiental do Instituto Federal Paraíba do Campus João Pessoa (s.d)
in Ficha de Avaliação Individual da banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

Tendo em atenção, os modelos observados, e a necessidade de se aplicar critérios de avaliação de maneira contextualizada, no sentido de se melhorar as práticas de avaliação dos TFC nas diversas IES, abarcando os intentos propostos, as expectativas do estudante e as dos participantes do referido processo, em todas as suas fases, propõe-se modelos que respondam os momentos mais relevantes da avaliação quantitativa dos TFC, o que engloba as pré e as defesas do apontado TFC, tal como se descrevem nos quadros seguintes:

Quadro 2. Proposta do modelo de avaliação da pré-defesa do TFC

Instituição _____

Departamento de _____

Curso de _____

Ano académico _____ / _____

Modelo de Avaliação da Pré-defesa

Nome do Estudante		Tema	
Parâmetros da Avaliação		Descrição dos Parâmetros da Avaliação	
1. Pré-textuais			Escala da Avaliação
a) Resumo (Pontos positivos e negativos)	e	Objetivos, relevância do tema, metodologia, resultados, considerações finais.	0-0,5 valores
b) Índice (Pontos positivos e negativos)	e	Sequência lógica dos subtítulos.	0-0,5 valores
2. Textuais			
a) Introdução (Pontos positivos e negativos)	e	Relevância do trabalho, objectivos, problema e hipótese(s).	0-3 valores
b) Fundamentação teórica (Pontos positivos e negativos)	e	Aplicação da norma nas citações directas e indirectas, relação das discussões dos autores com o problema.	0-4 valores
c) Metodologia de pesquisa (Pontos positivos e negativos)	e	Aplicação dos métodos e técnicas de pesquisa, relação da população e amostra	0-2 valores
d) Resultados da pesquisa (Pontos positivos e negativos)	e	Clareza da descrição e inferência dos dados da pesquisa.	0-3 valores
e) Relação das conclusões e sugestões (Pontos positivos e negativos)	e	Correspondência dos itens das conclusões com os das sugestões.	0-2 valores
3. Pós-textuais			
a) Utilização das referências bibliográficas, apêndices e anexos (Pontos positivos e negativos)	e	Aplicação da norma, utilização maioritária de autores dos 10 últimos anos; correspondência dos apêndices e anexos com o corpo do texto.	0-1,5 valores

4. Pontos de vista do autor e ortografia do trabalho (Pontos positivos e negativos)	Clareza, rigor, imparcialidade, impessoalidade, coesão e coerência da linguagem; lógica na sequência dos parágrafos.	0-3,5 valores
Total		0-20 valores
Nota de Consenso dos Membros de Júri		0-20 valores

_____ (Localidade), _____ (dia) _____ (mês) _____ (ano)

O Presidente ou 1º Vogal

O Chefe do DEI

Fonte: Elaboração própria

Considerando o exposto, o modelo de avaliação da pré-defesa proposto pode ser decifrado da seguinte maneira:

1. Pré-textuais

a) Resumo

✓ Pontos positivos: Que se ajuste ao tema, que não passe das 250 palavras, que transmita uma visão clara do trabalho, que tenha os seguintes elementos estruturais: objetivos, relevância do tema, metodologia, resultados, conclusões ou considerações finais e o número de palavras recomendado.

✓ Pontos negativos: Que não cumpra com os pontos acima citados, por exemplo, que ultrapasse as 250 palavras. Devem ser clarificados os erros observados. A pontuação varia de 0-0,5 valores.

b) Índice

✓ Pontos positivos: Deve ser elaborado de acordo com o padrão e tem de ser lógico e facilmente identificável pelos leitores.

✓ Pontos negativos: Que apresenta desordem e as páginas não correspondam com o corpo do trabalho. A pontuação a ser atribuída é de 0-0,5 valores.

2. Textuais

a) Introdução

✓ Pontos positivos: Deve assinalar a relevância do trabalho de forma clara, objectivos, problema e hipótese(s).

✓ Pontos negativos: Que não tenha informações claras e não segue uma sequência lógica. Neste critério, a classificação pode ser feita no intervalo de 0-3 valores.

b) Fundamentação teórica

✓ Pontos positivos: As citações do autor devem estar descritas segundo a norma estabelecida no regulamento dos TFC e que as discussões teóricas dos autores respondam à problemática do trabalho.

- ✓ Pontos negativos: Caso as citações não cumpram a norma estabelecida e as discussões não se relacionam com a problemática apresentada. A pontuação varia de 0-4 valores.
- c) Metodologia de pesquisa
 - ✓ Pontos positivos: Explicar como foram aplicados os diversos métodos e técnicas de pesquisa no trabalho e a relação da população e amostra.
 - ✓ Pontos negativos: Caso não explique a forma como os métodos e as técnicas foram aplicados no trabalho, bem como, a relação da população e amostra. Neste parâmetro, a pontuação varia de 0-2 valores.
- d) Resultados da pesquisa
 - ✓ Pontos positivos: É importante que os resultados sejam claros, sua análise e interpretação, as soluções encontradas para resolver o problema encontrado.
 - ✓ Pontos negativos: Que não tenha correspondência com as ferramentas utilizadas para o desenvolvimento do trabalho. A pontuação é calculada de 0-3 valores.
- e) Relação conclusões e sugestões
 - ✓ Pontos positivos: Deve-se relacionar as conclusões e sugestões, descrevendo com clareza a solução encontrada.
 - ✓ Pontos negativos: Caso não responda ao referido anteriormente. A nota é de 0-2 valores.
- 3. Pós-textuais
 - b) Utilização das referências bibliográficas, apêndices e anexos
 - ✓ Pontos positivos: Devem ser atuais, sendo dos dez últimos anos, dois terços no mínimo das referências, caso a natureza do trabalho se justifique, obedecendo a norma na sua versão mais atualizada, e também, que haja correspondência dos apêndices e anexos com o corpo do texto.
 - ✓ Pontos negativos: Que não tenha correspondência com a norma estabelecida ou que não esteja bem acentuada. A avaliação é de 0-1,5 valores.
- 4. Pontos de vista do autor e ortografia do trabalho
 - ✓ Pontos positivos: A linguagem deve ser clara, precisa, imparcial, impessoal, coesa e coerente; os parágrafos devem relacionar-se e de forma lógica.
 - ✓ Pontos negativos: Caso não respeite os itens mencionados no ponto anterior. A pontuação varia de 0-3,5 valores.

Portanto, em todos os critérios de avaliação devem ser assinalados pelo júri, os erros constatados para que se justifique a nota atribuída.

No fim do exercício da actividade, cada membro de júri deverá fazer a média aritmética da sua avaliação que se configurará na escala de 0 a 20 valores.

E, em caso de divergência nos resultados atribuídos deve-se discutir a **Nota de Consenso**, que deverá circunscrever-se entre a menor e maior nota atribuída pelos membros de júri, ou seja, a nota supracitada não deve ser menor ou maior das médias aritméticas de cada membro do corpo de júri. E esta será, a média final do estudante na pré-defesa do TFC.

Contudo, no final da actividade, o Chefe do DEI ou Coordenador do respectivo Curso presta a responsabilidade de subscrever todas as fichas de avaliação, antes de arquivá-las, no sentido de acompanhar e supervisionar o processo.

Quadro 3. Proposta do modelo de avaliação da defesa do TFC

Instituição _____

Departamento de _____

Curso de _____

Ano Académico _____ / _____

Modelo de Avaliação da Defesa de TFC

Nome do estudante	Tema	
Parâmetros da Avaliação	Descrição dos Parâmetros da Avaliação	Escala da Avaliação
1. Pré-textuais		
a) Resumo (Pontos positivos e negativos)	Objetivos, relevância do tema, metodologia, resultados, considerações finais.	0-0,5 valores
b) Índice (Pontos positivos e negativos)	Sequência lógica dos subtítulos.	0-0,5 valores
2. Textuais		
a) Introdução (Pontos positivos e negativos)	Relevância do trabalho, objectivos, problema e hipótese(s).	0-1 valor
b) Fundamentação teórica (Pontos positivos e negativos)	Aplicação da norma nas citações directas e indirectas, relação das discussões dos autores com o problema.	0-1 valor
c) Metodologia de pesquisa (Pontos positivos e negativos)	Aplicação dos métodos e técnicas de pesquisa, relação da população e amostra.	0-1 valor
d) Resultados da pesquisa (Pontos positivos e negativos)	Clareza da descrição e inferência dos dados da pesquisa.	0-1 valor
e) Relação das conclusões e sugestões (Pontos positivos e negativos)	Correspondência dos itens das conclusões com os das sugestões.	0-1 valor
3. Pós-textuais		
a) Utilização das referências bibliográficas, apêndices e anexos (Pontos positivos e negativos)	Aplicação da norma, utilização maioritária de autores dos 10 últimos anos; correspondência dos apêndices e anexos com o corpo do texto	0-1,5 valores
4. Pontos de vista do autor e ortografia do trabalho (Pontos positivos e negativos)	Clareza, rigor, imparcialidade, impessoalidade, coesão e coerência da linguagem; lógica na sequência dos parágrafos.	0-2,5 valores

5. Exposição pública (Pontos positivos e negativos)		
a) Gestão do tempo	Apresentação oral no tempo estabelecido pelo Regulamento dos TFC.	0-1 valor
a) Resumo do conteúdo ou do PowerPoint	Habilidade na transmissão das informações constantes no texto escrito de forma sintética e objectiva.	0-1 valor
b) Apresentação oral	Competência de transmissão do conteúdo	0-3 valores
c) Domínio do conteúdo	Segurança na exposição oral	0-2 valores
d) Respostas das questões (performance)	Aptidão na interação das questões-respostas.	0-3 valores
Total		0-20 valores
Nota de Consenso dos Membros de Júri		0-20 valores

_____ (Localidade), _____ (dia) _____ (mês) _____ (ano)

O Presidente ou 1º Vogal

O Chefe do DEI

Fonte: Elaboração própria

Neste âmbito, o modelo de avaliação da defesa proposto pode ser interpretado, conforme a seguinte descrição:

1. Pré-textuais

a) Resumo

- ✓ Pontos positivos: Que se ajuste ao tema, que não passe das 250 palavras, que transmita uma visão clara do trabalho, que tenha os seguintes elementos estruturais: objetivos, relevância do tema, metodologia, resultados, conclusões ou considerações finais e o número de palavras recomendado.
- ✓ Pontos negativos: Que não cumpra com os pontos acima citados, por exemplo, que ultrapasse as 250 palavras. Devem ser clarificados os erros observados. A pontuação varia de 0-0,5 valores.

b) Índice

- ✓ Pontos positivos: Deve ser elaborado de acordo com o padrão estabelecido e tem de ser lógico e facilmente identificável pelos leitores.
- ✓ Pontos negativos: Que apresenta desordem e as páginas não correspondam com o corpo do trabalho. A pontuação a ser atribuída é de 0-0,5 valores.

2. Textuais

a) Introdução

- ✓ Pontos positivos: Deve assinalar a relevância do trabalho de forma clara, objetivos, problema e hipótese(s).

- ✓ Pontos negativos: Que não tenha informações claras e não segue uma sequência lógica. Neste critério, a pontuação é de 0-1 valor.
- b) Fundamentação teórica
 - ✓ Pontos positivos: As citações do autor devem estar descritas segundo a norma estabelecida no regulamento dos TFC e que as discussões teóricas dos autores respondam à problemática do trabalho.
 - ✓ Pontos negativos: Caso as citações não cumpram a norma estabelecida e as discussões não se relacionam com a problemática apresentada. A pontuação varia de 0-1 valor.
- c) Metodologia de pesquisa
 - ✓ Pontos positivos: Explicar como foram aplicados os diversos métodos e técnicas de pesquisa no trabalho e a relação da população e amostra.
 - ✓ Pontos negativos: Caso não explique a forma como os métodos e as técnicas foram aplicados no trabalho, bem como, a relação da população e amostra. Neste critério, a pontuação é de 0-1 valor.
- d) Resultados da pesquisa
 - ✓ Pontos positivos: É importante que os resultados sejam claros, sua análise e interpretação, as soluções encontradas para resolver o problema encontrado.
 - ✓ Pontos negativos: Que não tenha correspondência com as ferramentas utilizadas para o desenvolvimento do trabalho. A pontuação é calculada de 0-1 valor.
- e) Relação conclusões e sugestões
 - ✓ Pontos positivos: Deve-se relacionar as conclusões e sugestões, apresentando a solução do problema.
 - ✓ Pontos negativos: Caso não responda ao referido anteriormente. A nota é de 0-1 valor.
- 3. Pós-textuais
 - a) Utilização das referências bibliográficas, apêndices e anexos
 - ✓ Pontos positivos: Devem ser atuais, sendo dos últimos dez anos, dois terços no mínimo das referências, caso a natureza do trabalho se justifique, obedecendo a norma na sua versão mais atualizada, e também, que haja correspondência dos apêndices e anexos com o corpo do texto.
 - ✓ Pontos negativos: Que não tenha correspondência com a norma estabelecida ou que não esteja bem acentuada. A avaliação é de 0-1,5 valores.
- 4. Pontos de vista do autor e ortografia do trabalho
 - ✓ Pontos positivos: A linguagem deve ser clara, precisa, imparcial, impessoal, coesa e coerente; os parágrafos devem relacionar-se e de forma lógica.
 - ✓ Pontos negativos: Caso não respeite os itens mencionados no ponto anterior. A pontuação varia de 0-2,5 valores.
- 5. **Exposição pública**

- ✓ Pontos positivos: Que se ajuste ao tempo estabelecido no Regulamento dos TFC e apresente o trabalho com autonomia académico-científica e que consiga responder as questões do jurado. A cotação é de 10 valores, distribuída em função do estipulado no quadro 3.
- ✓ Pontos negativos: Caso se oponha aos itens estabelecidos no ponto anterior.

Portanto, em todos os critérios da avaliação devem ser assinalados pelo júri, os erros observados para que se justifique a nota atribuída. Todavia, nesta segunda etapa, o júri faz as suas observações, clarificando o cumprimento ou não das recomendações feitas na pré-defesa, em todos os seus parâmetros, excepto, o número 5, que será feita no momento da exposição pública. Por isso, a redução da escala de avaliação no trabalho escrito, considerando sempre os aspectos melhorados, que é passível de uma avaliação positiva, como forma de estabelecer um equilíbrio no resultado a ser obtido no final da apresentação pública.

No fim do exercício da actividade, cada membro de júri deverá fazer a média aritmética da sua avaliação que se configurará na escala de 0 a 20 valores.

No entanto, em caso de divergência nos resultados atribuídos deve-se discutir a **Nota de Consenso**, que deverá circunscrever-se entre a menor e maior nota atribuída pelos membros de júri, ou seja, a nota supracitada não deve ser menor ou maior das médias aritméticas de cada membro do corpo de júri. Por conseguinte, o resultado que advir deste consenso será adicionado à nota da pré-defesa e em seguida dividi-la por dois, que passa a ser a nota final da defesa de TFC do estudante.

Findo o expediente, o Chefe do DEI ou Coordenador do respectivo Curso presta a responsabilidade de subscrever todas as fichas de avaliação, antes de arquivá-las, no sentido de acompanhar e supervisionar o processo.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia é o estudo dos métodos, das técnicas e dos instrumentos que possibilitam o alcance dos objectivos da pesquisa. Nesse sentido, Braga (2015, p. 20), salienta que, “a metodologia científica, em seu sentido geral, é o estudo dos diversos métodos empregados e desenvolvidos para o processo de conhecimentos, denominado ciência”.

Relativamente ao tipo de pesquisa foi selecionado a descritiva, pelo facto de ser uma pesquisa em que o pesquisador busca entender o objecto de maneira completa, detalhado e exaustivo. Essa pesquisa permitiu ao investigador apresentar os dados sem interferir neles. A natureza da pesquisa descritiva foi de estudos de casos observacionais. Nessa conformidade, Bogdan & Biklen *apud* Aires (2015, p. 21), descreve que “o estudo de caso consiste num exame detalhado de uma situação, sujeito ou situação.” Ao passo que, Colás *apud* Aires (2015, p. 21), afirma que os estudos de casos observacionais se caracterizam pelo recurso à observação participante.

Quanto aos métodos foi aplicado o de análise e síntese, e conforme Ramos e Naranjo (2014, p. 1003), análise “é um procedimento teórico mediante o qual um todo complexo se decompõe nas suas diversas partes e qualidade. Permite a divisão mental do todo nas suas múltiplas relações e componentes”. Os autores referenciados neste nível sublinham que, a síntese “estabelece

mentalmente a união entre as partes previamente analisadas e possibilita a descoberta das relações essenciais e as características gerais entre elas”. Este método possibilitou a decomposição e a síntese do referencial teórico do presente artigo.

Foi igualmente aplicado o de observação científica, e no entender de Ramos & Naranjo (2014, p. 136), “consiste na percepção directa do objecto de investigação. Permite conhecer a realidade mediante a percepção directa dos objectos e fenómenos”. Este método permitiu observar todos os elementos inerentes ao campo de estudo através de um guião.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, seleccionou-se o paradigma interpretativo-construtivista, cujo critério baseia-se em fidelidade, credibilidade, assim como aponta Aires (2015), “a escolha de um paradigma de investigação é essencial, pois, coadjuva o pesquisador na escolha de métodos específicos, melhores estratégias, bem como, melhores instrumentos, procurando relacioná-los para que os resultados sejam mais fiáveis e se ajustem ao paradigma preferido”.

Relativamente à amostra é de 11 docentes que actuam no 4º Ano da Coordenação de Gestão e Administração; a aludida amostra é o subconjunto da população que serve de referência à pesquisa, e conforme afirma Gil *apud* Dias (2010, p. 62), “é um subconjunto da população por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características dessa população”. É, pois, uma parte expressiva e relevante da população, e que serviu de protótipo para o estudo realizado.

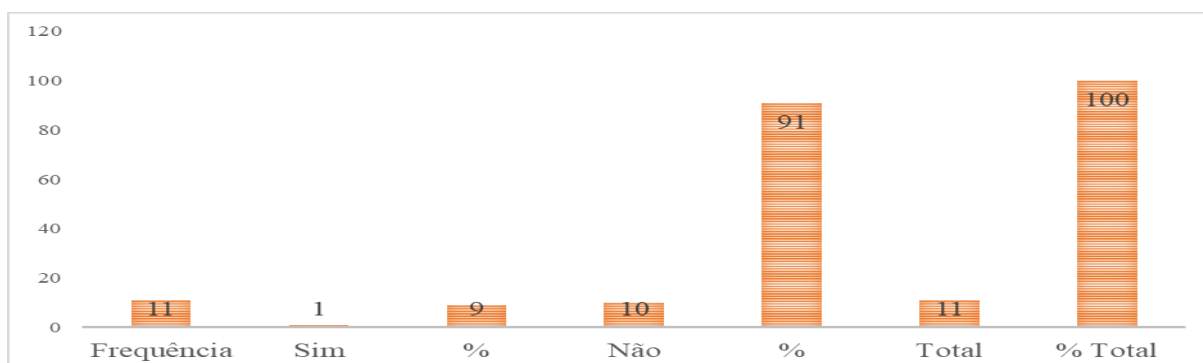
Nesse âmbito, foi aplicada a modalidade da amostragem não probabilística que consiste na selecção intencional dos objectos de análise ou também opinática, segundo Olabuenaga *apud* Aires (2015), que consiste na selecção de sujeitos pelo investigador em função de um critério estratégico de selecção pessoal, ou seja, os sujeitos que possuem um conhecimento mais profundo do problema a estudar, os que mais facilmente são abordáveis ou os que voluntariamente se mostram disponíveis em colaborar com o investigador.

Todavia, esta pesquisa aplicou como instrumento, o inquérito por questionário, sendo uma ferramenta de recolha de dados que auxilia o pesquisador na tomada de decisões, tal como afirma Ramos & Naranjo (2014, p. 144), o inquérito “é uma técnica de aquisição de informações de interesse sócio-lógico, mediante um questionário previamente elaborado, através da qual se pode conhecer a opinião ou a avaliação do sujeito seleccionado numa amostra sobre um assunto dado”. Este instrumento possibilitou a elaboração de um questionário com perguntas fechadas e de escolha múltiplas para obtenção de informações.

APRESENTAÇÃO E DICUSSÃO DOS RESULTADOS

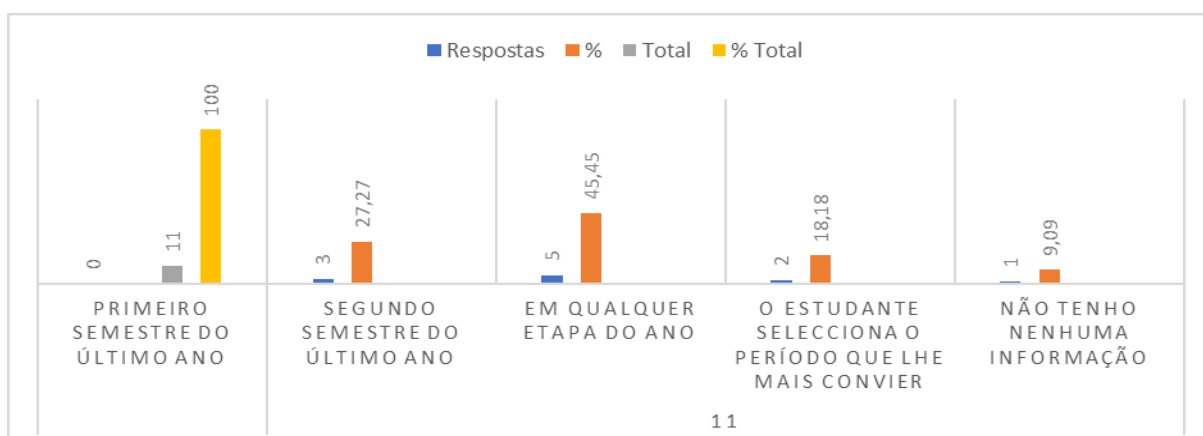
Esta fase expõe os resultados da pesquisa de maneira pormenorizada e ao mesmo tempo a sua interpretação sobre o inquérito aplicado aos Docentes do 4º Ano da Coordenação de Gestão e Administração. Porém, esta fase é a que encerra o processo de pesquisa do presente trabalho.

Gráfico 1. Existência de uma Comissão Científica na Coordenação do Curso de Gestão e Administração, que se dedica no acompanhamento do processo dos TFC



Sobre a existência de uma CC que se dedica no acompanhamento do processo dos TFC, 9% dos inqueridos respondeu que existe uma CC que se dedica no acompanhamento do processo de TFC, desmentido pela maioria de 91% que clarificou não existir nenhuma comissão para esse fim. O resultado torna-se preocupante para uma IES, cujos pilares são sustentados pelo ensino, investigação e extensão; a não existência dessa Comissão, dificulta o acompanhamento do processo de TFC, no que tange a aprovação dos documentos reitores do Departamento ou do Curso, tal como sustenta o Regulamento da UKB (2017, Art.º 5), uma das funções dos DEI é de “submeter os temas ao CCPDEI para aprovação e ao Conselho Científico da UO para a homologação” e, ainda “verificar a conformidade do processo a ser submetido ao Gabinete do Decano para autorização de defesa”, daí a relevância da CC.

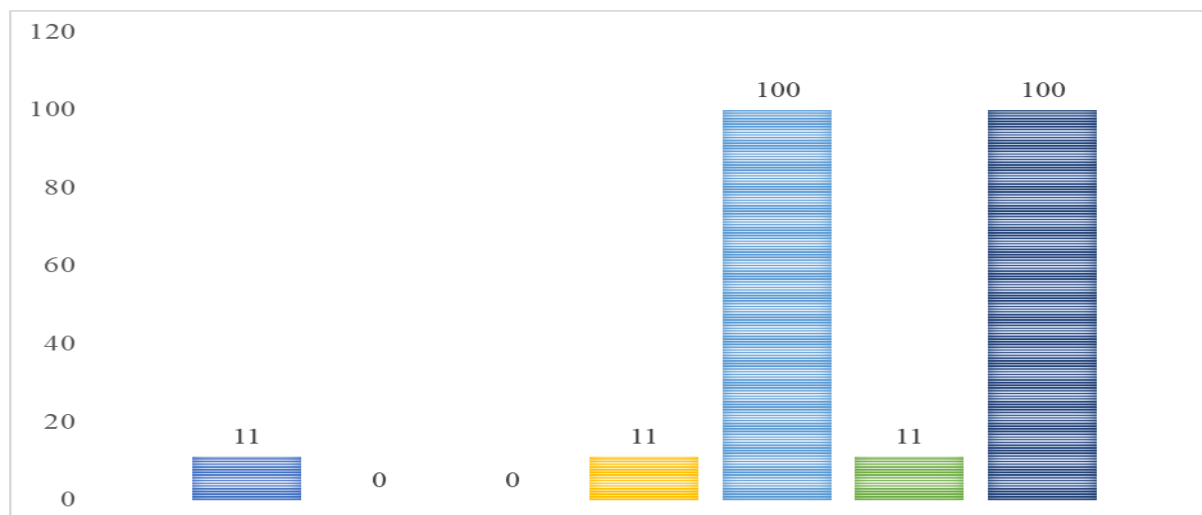
Gráfico 2. Momento em que os estudantes procedem a entrega dos seus títulos/temas de investigação?



Relativamente à questão sobre o momento em que os estudantes procedem a entrega dos seus títulos/temas de investigação, 27,27% deste grupo respondeu que os temas ou títulos de investigações são entregues no II semestre, 45,45%, em qualquer etapa do ano, 18,18%, o estudante seleciona o período que lhe mais convier e 9,09% responderam que não tem nenhuma informação. É preocupante o antagonismo nas suas respostas, o que significa que não existe comunicação entre a coordenação e o claustro docente, por um lado e por outro, denota conhecimento baseado na prática

do quotidiano. Todavia, a constatação no terreno permitiu observar também que não existe nenhum instrutivo que estabelece esses pressupostos e os referidos títulos têm sido entregues em qualquer etapa do ano.

Gráfico 3. A Coordenação tem colocado à disposição dos docentes modelos ou fichas que estabelecem os critérios de avaliação dos trabalhos de fim de curso e a respectiva escala de avaliação?



Com base aos dados apresentados no gráfico 3 referente à colocação aos docentes de modelos ou fichas que estabelecem os critérios de avaliação dos trabalhos de fim de curso e a respectiva escala de avaliação, 100% dizem que a coordenação não tem colocado os instrumentos à disposição dos docentes. Nesta perspectiva, não existe nenhuma ficha utilizada para avaliação dos TFC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objectivos traçados e alcançados, endossados no problema “proposta de avaliação dos trabalhos de fim de curso”, cujo itinerário fundamentou-se na questão científica “como contribuir para a melhoria de avaliação dos TFC de licenciatura nas IES?”, respondida satisfatoriamente através dos resultados do presente artigo, cujas principais considerações descrevem-se a seguir:

- A Coordenação de Gestão e Administração do ISPIL, não possui nenhuma CC que se dedica no acompanhamento do processo dos TFC, o que tem contribuído para a fraca qualidade do processo de avaliação dos TFC, sendo um órgão fundamental e principal numa IES vocacionada à aprovação de documentos reitores do Departamento ou do Curso. Por isso, é imperioso a criação de uma CC que se dedique nesse processo.
- Constatou-se o fraco conhecimento dos docentes sobre os procedimentos de entrega de títulos/temas e pré-projectos de investigação.

- Por conseguinte, os docentes não se fazem acompanhar de modelos ou fichas que estabelecem os critérios de avaliação dos trabalhos de fim de curso e a respectiva escala de avaliação, o que tem provocado discussões banais em termos de avaliação e classificação do resultado inicial e final do estudante. Contudo, a avaliação do TFC tem sido feita com base ao desempenho geral do estudante, tanto no trabalho escrito como na defesa pública do TFC. Porém, aconselha-se a adaptação dos modelos propostos nesta neste artigo, para que os resultados do desempenho do corpo de júri sejam mais eficazes e eficientes.

REFERÊNCIAS

- Aires, L. (2015). Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional. Obtido em 14 de junho de 2021, de https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma_Qualitativo%20%281%20aa%20edi%20a7%20a3o_atualizada%29.pdf
- Alves, M. da P. (2009). Avaliação e qualidades das organizações. Lisboa: Escolar Editora.
- Ayza, M. R., Rodríguez, M. F., Dubreuil, G. E., & Cebrián, M. D. M. (s.d.). *La evaluación de competencias transversales*, 8(1), pp. 74-100. Obtido em 02 de outubro de 2021, de <https://polipapers.upv.es/index.php/REDU/article/view/6218>
- Braga, H. M. C. B. (2015). Metodologia do Trabalho Científico. Procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos académicos e publicações científicas.
- Canhici, M. H., Leite, C., & Fernandes, P. (2017). O trabalho de fim de curso como contributo para a formação inicial de professores: uma análise focada no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) de Cabinda. Obtido em 13 de junho de 2021, de <https://core.ac.uk/download/pdf/235126047.pdf>
- Decreto Presidencial nº 193/18 (2018). Normas curriculares gerais do subsistema de ensino superior. Diário da República, I Série Nº 119 (10-08-2018).
- Dias, O. (2010). Planos de investigação. Avançando passo a passo.
- Dicionário Online de Português (s.d). *Significado de proposta*. Obtido em 21 de abril de 2021, de <https://www.dicio.com.br/proposta/>
- Instituto Federal Paraíba Campus João Pessoa (s.d). Coordenação do Curso de Tecnologia e Gestão Ambiental – Orientações gerais para avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Obtido em 05 de outubro de 2021, de https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/20/documentos/Orienta%C3%A7%C3%B5es_gerais_e_fichas.pdf

Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla. *Regulamento dos Trabalhos de Licenciatura*. Obtido em 11 de Setembro de 2021, de <http://isced-huila.ed.ao/wp-content/uploads/2020/07/Regulamento-FINAL-TL-ISCED-Hu%C3%ADla-2020.pdf>.

Martín, M. T. (2014). O trabalho de fim de curso enquanto avaliador e avaliado em competências com recurso a ficha de avaliação. Em M. E. Mejías, *Experiências de docência no ensino superior* (1ª ed.). Porto: Media XXI. Obtido em 12 de junho de 2021, de https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/45277309/3._Experiencias_de_Docencia_no_ensino_superior_-_paginacao_final_1.pdf?1462197543=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DExperiencias_de_Docencia_no_Ensino_Super.pdf&Expires=1623541045&Signature=P

Nobre, P. R. B. (s.d). Contributos da avaliação para o processo de construção e desenvolvimento do projecto curricular de Escola (Dissertação de Mestrado).

Priego, M. J., Moraleda, L. F., Guerrero, C. V., & Guerrero, T. V. (2012). *Análisis del proceso de evaluación del Trabajo Fin de Grado en las nuevas titulaciones*(3), pp. 5-21. Obtido em 5 de 10 de 2021, de <https://hdl.handle.net/11441/91678>

Ramos, S. T. C. & Naranjo, E. S. (2014). Metodologia da investigação científica. Lobito: Escolar Editora.

Rodríguez, I. R. (2011). *¿Cómo afrontar el trabajo fin de grado? Un problema o una oportunidad para culminar con el desarrollo de las competencias*. 22(2), pp. 179-193. doi:http://dx.doi.org/10.5209/rev_RCED.2011.v22.n2.38488

Universidade José Eduardo dos Santos. *Regulamento dos Trabalhos de Fim de Curso de Licenciatura*. Obtido em 11 de setembro de 2021, de https://ujes.co.ao/downloads/Regulamento_dos_trabalhos_de_fim_de_curso.pdf

Universidade Katyavala Bwila (2017). *Regulamentos dos Trabalhos de Fim de Curso*. Obtido em 11 de setembro de 2021, de <http://iscedbenguela.org/wp-content/uploads/2017/02/RTFC-CODIFICADO.pdf>

Yamanari, T. T. & Moraes, D. A. F. de. (2013). *O papel do TCC na formação de estudantes universitários*. Obtido em 30 de Abril de 2021, de <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/II%20Jornada%20de%20Didatica%20e%20I%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD%20-%20Docencia%20na%20educacao%20Superior%20caminhos%20para%20uma%20praxis%20transformadora/O%20PAPEL%20DO%20TCC%20NA%20FORMACAO%20DE%20ESTUDANTES%20UNIVERSITARIOS.pdf>